UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

			ъ.			
Marlon	Ma	rınk	Risar	UIUL	I IM	nrın
IVIUI IOI I	IVIG	y 1 11 11 X	Dious	1910	LIG	

A QUESTÃO METODOLÓGICA MARXISTA E A PROPOSTA DO MARXISMO ANALÍTICO

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Felipe Maia Guimarães da Silva.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, MARLON MAYRINK BISAGGIO LIGORIO, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201472058A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A QUESTÃO METODOLÓGICA MARXISTA E A PROPOSTA DO MARXISMO ANALÍTICO, desenvolvido durante o período de 06/03/2017 a 04/08/2017 sob a orientação de FELIPE MAIA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção cientifica brasileira, a partir desta data.

luiz do Fora do do

Por ser verdade, firmo a presente.

	Ma	arlon Mayrink Bisaggio Ligorio	
Juiz de Fora, de	Ե	ue	

A QUESTÃO METODOLÓGICA MARXISTA E A PROPOSTA DO MARXISMO ANALÍTICO

Marlon Mayrink Bisaggio Ligorio¹

RESUMO

O trabalho apresenta a dessatisfação de diversos teóricos marxistas com a metodologia aplicada desde Marx, e consequências disso para o objetivo socialista. Em meio a variadas tentativas de remediar o problema, forma-se o Grupo de Setembro nos anos 80, que dedica-se a abordar esta questão e atinge um grau respeitável de reconhecimento na comunidade científica marxista, mas que demonstra a falta de uma visão única compartilhada entre seus membros e permanece largamente adormecido desde os anos 90. Explicando as teorias chave resultantes desta coligação, este documento traça uma trajetória para esclarecer qual foi o real resultado do paradigma do marxismo analítico.

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo Analítico. Individualismo. Metodologia.

1. INTRODUÇÃO

A obra de Karl Marx teve seu início na dialética e racionalidade da filosofia hegeliana, e vai além para tentar criar uma justificativa social para a história através de um ponto de vista materialista. O Materialismo Histórico-Dialético de Marx é o ponto de partida da sua metodologia e para os teóricos marxistas posteriores.

Após esse desenvolvimento, a análise de Marx sobre a sociedade capitalista e ao redor dos modos de produção, e o sistema de classes que seria a força motriz da história, foi mundialmente reconhecido por teóricos que em parte passaram a declarar-se Marxistas. O Marxismo além de Marx desenvolveu-se muito além do design inicial, muitas vezes como resultado de teóricos reavaliando certos aspectos de Marx mais minuciosamente.

A questão sendo abordada neste documento é justamente a de uma falha na metodologia apresentada por Marx reconhecida por diversos teóricos, e um grupo em específico iniciado nos anos 80 que atingiu reconhecimento o suficiente na época para ser considerado um paradigma, o paradigma do Marxismo Analítico, especialmente interessante pela relação antitética entre a filosofia analítica e a filosofia de Marx.

Estes teóricos tinham uma preocupação de que a teoria de Marx não se justificava em um nível básico o suficiente para sustentar-se. Se a luta de classes era de fato a força motriz da história, então seria necessário ter uma rigorosa definição para a formação destas classes, para delinear claramente a origem desta força. Sem isso, estes marxistas receavam que prosseguir utilizando estes conceitos seria contra o marxismo como ciência social.

Sendo esta a primeira, a segunda seção coloca quais aspectos da teoria de Marx estavam sendo questionados, quais problemas metodológicos estavam sendo reconhecidos, e por quem. A terceira seção expande este último ponto através das várias perspectivas apresentadas pelo marxismo analítico e o desenvolvimento de uma perspectiva individualista quem entra em oposição à Marx, passando progressivamente por alguns de seus membros para detalhar como o paradigma se desenvolveu. A quarta seção coloca certos criticismos direcionados ao marxismo analítico.

2. METODOLOGIA MARXISTA

Marx desenvolveu seu raciocínio ao redor do sistema de classes, e era crítico do individualismo e reducionismo, utilizando totalidades para criar uma análise social classista para explicar a política além dos interesses econômicos de cada classe. Este desenvolvimento se dá principalmente no livro "O 18 de Brumário de Louis Bonaparte" (MARX, 1852), do qual podem ser observadas duas formas de representatividade: representação simbólica de classe, e representação subjetiva de classe (PERISSINOTO, 2007).

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: LONGUE IRO_8@HOTMAIL.COM. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Felipe Maia Guimarães da Silva.

Representação simbólica diz respeito ao alinhamento de visões de mundo e interesses burgueses entre representantes políticos. Representação subjetiva diz que as classes, como um único coletivo, inserem-se na cena política como atores racionais como forma de atingir objetivos inerentes à formação da classe.

Considerando ambos, para Marx, o requisito para aceitar dada parcela da população como pertencente a uma classe não dizia respeito à atividades específicas, mas à promoção da "ordem burguesa" como visão de mundo. Se um certo grupo não faz parte das atividades econômicas associadas à burguesia, mas ideologicamente se inscreve à visão de mundo burguesa, segundo Marx estaria correto considerar os membros deste coletivo, burgueses. São formas da classe se expressar em outros campos como a política e as artes. Ou seja, as vidas individuais não são o parâmetro por trás da definicão do sistema classista.

Assim, o Estado Burguês não necessita ser controlado diretamente pela classe burguesa, e para sua deposição caberia somente a destruição completa deste aparelho de estado como a única forma de verdadeira revolução. Estando organizados entre aqueles dedicados ao aperfeiçoamento do Estado ou sua dissipação, os motivos subjetivos individuais desaparecem para tornar as classes os próprios atores racionais no processo político.

Renato Perissinoto (2007) indica um problema na metodologia marxista atual quanto à explicação deste processo de transformação de classe em ator político, muitas vezes sendo apresentado o conceito de classe de acordo com a sociedade em questão sem justificativa para o processo que solidifica a ideologia e comportamento de classe. E.P. Thompson, em *The making of the english working class*, sinaliza um resgate da experiência subjetiva individual como trajetória histórica para a formação de classe, uma linha de acordo com o Materialismo Histórico que seria defendido por Cohen, e em parte com o individualismo metodológico de Przeworski e Elster, no Marxismo Analítico.

Também como resultado dos problemas metodológicos, surgem alternativas não-classistas ao marxismo. O pluralismo considera as classes sociais amplas demais para serem mantidas como uma justificativa social sólida, reduzindo a agregação de indivíduos para menores grupos de interesse, mas ao manter a dinâmica do sistema de classes em menor escala, o pluralismo não se desfaz da mesma falta de trajetória para a formação dos grupos de interesse. O elitismo, por outro lado, reduz a influência política somente à elite política, e portanto não se mantém em pé contra os mecanismos sociais criados para colocar em cheque o poder das elites, que em si são prova da influência de minorias políticas.

Para chegar ao ponto de inspirar rejeição a um aspecto tão central à Marx como as classes sociais, há um definitivo vácuo na metodologia de se estudar a política utilizando o conceito de acordo com a visão de muitos marxistas. Embora a falta de consenso ao redor deste sentimento o impeça de tornar-se convencional, o principal ponto a ser observado aqui é a postura de não aceitar a classe social, em sua magnitude, como um ator político, à parte dos indivíduos.

Em adição a isso, o próprio Marx contradiz seus conceitos de representação simbólica e representação subjetiva no último capítulo de *O Capital*, onde diz que o termo classe deve ser utilizado somente para se referir aos que compartilham dada posição no processo de produção capitalista. Portanto, conclui-se que a crise metodológica que o marxismo analítico e outros reconhecem é resultante da refutação sugestão de alternativas para a *hipótese* do sistema de classes como ator político, independentemente de sua prevalência nos pensamentos de Marx.

3. O PARADIGMA DO MARXISMO ANALÍTICO

3.1 O Grupo de Setembro

O grupo de setembro é uma associação acadêmica resultante da publicação do livro de G.A. Cohen, *A Teoria da História de Karl Marx: Uma Defesa (1978)*, uma interpretação determinista de Marx, composto por Cohen, John Roemer, Jon Elster, Adam Przeworski, Erik Olin Wright, Hillel Steiner, Robert Brenner, Robert Van der Veen, e Philippe van Paris.

Impulsionados pelo livro de Cohen, o grupo reunia-se bianualmente em Setembro, geralmente com um membro de fora do grupo como convidado.

Porém, o livro de Cohen em si não é um exemplo de conteúdo que definiria o Marxismo Analítico. O elemento que reuniu o grupo de teóricos foi uma apreciação por uma maior rigidez metodológica e de argumentação, ao ponto que certos membros do grupo sequer se consideram marxistas.

Assim, o marxismo analítico nasce não como a defesa de uma nova vertente do marxismo, mas sim de um novo rigor metodológico a ser adotado por todos os leitores de Marx, independente de afiliações mais minuciosas.

3.2 Gerald Cohen e o Materialismo Histórico

Karl Marx's Theory of History: A Defence colocou Cohen à frente do Grupo de Setembro, mas na realidade ele era o único dos teóricos a defender o Materialismo Histórico como guia metodológico. O conceito forma-se ao redor de três outros apresentados por Marx: forças produtivas, relações de produção, e superestrutura.

Forças produtivas são a união entre os meios de produção e a força de trabalho, e de acordo com Marx no Prefácio de 1859, estão em constante crescimento. A relação entre o trabalho necessário e o excedente determina a importância da quantidade do poder produtivo acima da qualidade, já que é governada principalmente pelo ponto a partir do qual o trabalhador produz o que consome para continuar produzindo.

Relações de produção são as características socioeconômicas aplicadas sobre as forças produtivas. Essencialmente, a influência que cada ator possui sobre sua força de trabalho e sobre os meios de produção, como um escravo não possui nenhuma influência sobre ambos, enquanto o proletário possui total controle sobre sua força de trabalho, mas nenhum sobre os meios de produção. Estas relações definem a estrutura básica da economia de uma sociedade.

Superestrutura é o coletivo de fatores jurídicos e políticos que se forma sobre a base das relações de produção, aspectos e instituições validados por soberania estatal. Porém como resultado, exatamente quais aspectos não-econômicos de fato fazem parte da superestrutura é território ambíguo, mas o sistema jurídico é certamente um deles.

A interação entre estes 3 fatores forma o raciocínio básico do Materialismo Histórico: a superestrutura controla e é validada pelas relações de produção, e as relações de produção controlam e são validadas pelas forças produtivas. E com isso, a ressalta de Cohen em legitimar a metodologia através da demonstração de uma explicação funcional.

Para Cohen, uma explicação funcional é não quando A ocorre porque B ocorre, mas que B ocorre especificamente para causar A (BOEIRA, 1996). Assim, quando Marx afirma que "a história de todas as sociedades até os nossos dias é a história da luta de classes", Cohen interpreta como uma explicação funcional onde a luta de classes é B. A classe vencedora deste embate onipresente estabelece-se como a mais capacitada para guiar mudanças históricas em dado momento, fazendo um paralelo do Materialismo Histórico com Darwin. A luta de classes não é o resultado, mas o impulso por trás do desenvolvimento econômico ao longo da história

3.3 Jon Elster e a Teoria da Escolha Racional

Jon Elster, porém, discorda da viabilidade da explicação funcionalista do marxismo. Diante do paralelo a Darwin acima, Elster declara que não há realmente um equivalente sociológico à teoria da seleção natural, ao invés favorecendo uma explicação causal, como é preferência das ciências, adicionando um grau de explicação intencional para representar a responsabilidade das escolhas individuais. No momento que os indivíduos agem entendendo que os outros indivíduos também agem sob intenções, Elster advoca a aplicação da Teoria dos Jogos.

A aplicação da mesma baseia-se primeiramente em estabelecer que, dentro das decisões de grandes classes em conflito, há decisões interdependentes e relações em escalas menores relacionadas aos atores do jogo que só têm seu resultado claro após todos solidificarem suas decisões. Portanto, a teoria dos jogos sobre o marxismo determina que a trajetória, o resultado, e o benefício da luta de classes são coletivos, mas justificados em um nível individual.

A decisão de um indivíduo influencia a do próximo. O conhecimento de um indivíduo pode ou não ser partilhado ou influenciar outros. A visão objetiva de um indivíduo encontra pontos em comum e em oposição aos de outros. Como a sociologia entrega-se à examinar o coletivo muitas vezes em detrimento do indivíduo, a teoria dos jogos apresenta uma alternativo em que o indivíduo determina o coletivo através destas interdependências de decisões.

O centro do jogo no sistema capitalista está na luta salarial, e as estratégias desenvolvidas tanto pelo operário quanto pelo capitalista ao redor da exploração e poder econômico. De acordo com Kelvin Lancaster,

isso leva ambas as classes a um respectivo dilema: O Dilema dos Trabalhadores dita que consumir pode reduzir crescimento futuro, enquanto não consumir não possui garantias contra a apropriação peço capitalista por lucro. O Dilema do Capitalista dita que a utilização do lucro reduz futuro investimento, mas investimento não traz garantias contra a apropriação desse crescimento pelo operário. A aplicação da teoria de jogos torna-se mais compreensível analisando outro marxista analítico defensor da teoria da ação racional, John Roemer.

3.4 John Roemer e Exploração

Enquanto Elster manteve-se sob o nível metodológico, John Roemer fez aplicações mais diretas da teoria da ação racional sobre os problemas tradicionais marxistas (BERTRAM, 2008). Sua obra principal, *A General Theory of Exploitation and Class (1982)*, continua a tendência de justificar os fenômenos sociais marxistas através de motivações individuais. Porém, diferentemente dos exemplos na segunda seção, Roemer desenvolve sua teoria ao redor das classes, não como uma alternativa.

Para Roemer, mesmo em uma sociedade onde os trabalhadores trabalham somente para si mesmos e somente para sua subsistência, ainda haveria exploração por diferenças de forças de trabalho entre os indivíduos. O trabalhador com maior força de trabalho trabalha menos tempo para o mesmo resultado, e portanto torna-se mais rico, enquanto o com menor força de trabalho precisa de mais tempo produtivo para o mesmo resultado. Assim, o primeiro se encontra na posição de comprar força de trabalho, o segundo na de vender sua força de trabalho, e formam-se classes.

Roemer então postula que, dentro de uma sociedade A, um grupo B estaria em uma posição de exploração somente se há uma situação hipotética em que B estaria melhor que a situação atual; Nesta mesma situação hipotética, após a saída de B, a coligação remanescente C (A – B = C) estaria em uma situação pior que a atual; mas C ainda possui uma posição dominante a B. Porém, o marxismo já havia deixado claro que nenhuma ordem social poderia ser simplesmente derrubada repentinamente. Devido a isso, Roemer chamou esta situação hipotética de exploração "socialmente necessária". O grupo B, antes de separado da estrutura da sociedade A, pode encontrar seus meios limitados pelo futuro grupo C de maneira de que assim que separado de fato, encontra-se em uma situação pior à original por seus membros reduzidos não conseguirem manter a estrutura planejada.

Considerando o grupo B uma das classes de Roemer e aplicando o mesmo mo jogo detalhado na seção de Elster, na situação anterior encontra-se os mesmos dilemas detalhados por Lancaster. A exploração e o posicionamento das classes é o que dita as regras do jogo marxista.

3.5 O Individualismo Metodológico

A justificativa em nível individual que o rigor metodológico de que Elster e Roemer falam (também apoiado por Przeworski) remete não à Marx, mas à Weber, muita mais propenso à abordagem individualista conforme pode-se verificar em sua Teoria da Ação Racional. O centro deste pensamento está no fato que, antes da formação de qualquer movimento ou coligação, está a capacidade do indivíduo de exercer uma ação. O coletivo é o resultado da ação, e o que ele influencia é o significado da ação, não sua origem. A ação racional do indivíduo de Weber acaba por explicar a formação dos coletivos de Marx: O movimento sindical, por exemplo, seria originário da racionalização do operário individual.

A aplicação do Marxismo Analítico do individualismo é, simplesmente, uma função de *explicação*, como forma de compensar uma percebida desconsideração do *porquê* os fenômenos acontecem. É uma justificativa baseada no "nível irredutível", o momento em que se encontra a origem do pensamento individual. Para entender exatamente como o individualismo metodológico providencia essa justificativa, é necessário compará-lo com três outros tipos de metodologias explicativas apresentadas como contraste por Andrew Levine, Elliot Sober, e Erik O. Wright (1987): Atomismo, Holismo Radical, e Anti-Reducionismo.

O Atomismo entende que somente o nível intra-individual se apresenta como justificativa para os resultados de um fenômeno social, em detrimento das relações sociais formadas entre esses indivíduos ou entidades sociais formadas ao redor deles. Assim, o atomismo não deve ser aplicado, pois não pode-se dizer que características como laços familiares e sentimentos de comunidade são incapazes de dar origem ao pensamento individual e serem, portanto, irredutíveis.

O Holismo Radical é essencialmente o inverso do Individualismo metodológico: O nível individual por si só não significa nada, somente quando o coletivo agregado forma um significado próprio que o indivíduo tornase claro, e o objetivo individual subjetivo é virtualmente irrelevante para o objetivo final coletivo. Elster chama

esta linha de Coletivismo Metodológico, e critica seu uso pelo marxismo por falta de uma justificativa no nível microssocial.

O Anti-Reducionismo, por outro lado, considera tanto o nível microssocial quanto o macrossocial como irredutíveis. Enquanto o Individualismo metodológico busca substituir os conceitos sociológicos pelos significados individuais originários, o anti-reducionismo agrega ambos, expandindo a tabela de significados também para o nível macro. Do Grupo de Setembro, Wright argumenta que o anti-reducionismo invalida a aplicação do individualismo metodológico no Marxismo.

4. CRÍTICA

A crítica ao Marxismo Analítico foi postulada por uma variedade de teóricos, mas foi mais sucintamente aglomerada no livro *Analytical Marxism: A Critique*, por Marcus Roberts, 1996. Nele, Roberts deixa claro que a maior dificuldade em avaliar o marxismo analítico como um todo é a falta de pontos em comum entre seus membros, encontrando suas primeiras críticas às soluções propostas pelos membros do grupo de setembro dentro do próprio grupo, como as que foram mencionadas na seção anterior.

O objetivo maior de todos os membros do grupo é aprimorar a metodologia marxista através da aproximação analítica, conseguindo uma justificativa no nível mais básico possível para todos os fenômenos sociais apresentados por Marx. Para Roberts, a busca por maior rigor metodológico das alternativas apresentadas sacrifica importantes conceitos necessários para o marxismo.

O materialismo histórico de Cohen, ao descrever minuciosamente forças produtivas, relações de produção, e superestrutura como significados próprios absolutos, descarta a importância dos valores que não são inatos a estes conceitos, mas criados a partir de interação social. Um objeto destinado para a produção não poderia realmente o ser considerado fora do contexto social que o utiliza. Separar os fatores em pequenos contextos desconsidera os significados que Marx só atribui como resultado de sua visão em totalidades.

A Teoria dos Jogos, ação racional, e individualismo metodológico defendidos por Elster, Przeworski, e Roemer, de acordo com Roberts, atribui valores a indivíduos que não são realisticamente aplicáveis à qualquer sociedade, pois assume que estes indivíduos estariam fora de um sistema social preexistente. Avaliar a decisão do indivíduo por conta própria não é possível sendo que este indivíduo nasceu e viveu de acordo com normas sociais anteriores à ele, e que operam além dele. Ou seja, e conforme dito pelo próprio Roemer, a teoria da ação racional neste contexto é inteiramente dedutiva.

Como resultado, Roberts se refere ao Marxismo Analítico como um "Ex-Paradigma", visto que apesar dos membros individuais continuarem a fazerem publicações excelentes (Cohen, por exemplo, tem explorado o trabalho de Rawls), o grupo como um todo fez pouco progresso dentro da mesma linha desde os anos 90.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Marxismo analítico foi reconhecido como paradigma pouco depois de sua formação, mas é difícil dizer que o grupo segue uma única direção unificada. Ao invés disso, é mais correto afirmar que o que tornou o marxismo analítico em um paradigma reconhecido foi a continuação de uma linha de pensamento tentando solucionar um problema metodológico que em si era reconhecido de maneira generalizada.

Apesar das soluções apresentadas serem continuadamente questionadas especialmente devido à desconectividade entre Marx e a filosofia analítica, o objetivo inicial do grupo de justificar Marx em um nível mais básico era largamente aceito pela comunidade científica. Dada a tênue conexão do grupo com o marxismo puro, a maneira antidogmática em que abordaram questões centrais marxistas sem se desviarem do objetivo socialista de Marx é digna de atenção.

Especialmente pelo fato também de menções constantes a perspectivas de outros teóricos que foram descartadas por Marx, mas que veem uso produtivo em outros autores, como acima de tudo o individualismo. O marxismo analítico encoraja uma expansão no vocabulário marxista em um momento que pede maior flexibilidade da esquerda para rever antigos dogmas.

Também vale lembrar que, tendo sido formado nos anos 80, a situação política global da esquerda mudou drasticamente durante o período de atividade do grupo, o exemplo óbvio sendo o fim da união soviética. Sabendo disso, não é surpresa que os membros grupo tenham também tido suas mudanças de prioridade de maneira equivalente.

Portanto, não considero correto a colocação de Roberts como um "Ex-Paradigma". Ao contrário, a necessidade de questionamento objetivo e não marxista de questões centrais ao marxismo reforça-se ainda

mais como resultado das direções políticas atuais, com o capitalismo tornando-se mais dinâmico enquanto o igualitarismo continua um declínio constante por mais de duas décadas. A tentativa de reavaliação do nível básico do marxismo analítico era relevante nos anos 80, e é relevante hoje.

REFERENCIAS

BERTRAM, Christopher. Analytical Marxism. Critical Companion to Contemporary Marxism, Brill, 123-142, 2008

BOEIRA, Sérgio Luís. **Marxismo Analítico & Funcionalismo.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v.14 (20), 9-34, 1996.

CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato. O Marxismo como Ciência Social. Ed. UFPR, Curitiba, 2011.

COHEN, Gerald A. A Teoria da História de Karl Marx: Uma Defesa. Unicamp, Rio de Janeiro, 2013

COHEN, Gerald A. Forças Produtivas e Relações de Produção. Crítica Marxista, nº 31, 63-82, 2010

ELSTER, Jon. Marxismo, Funcionalismo e Teoria de Jogos: Argumentos em Favor do Individualismo Metodológico. Lua Nova, nº 17, São Paulo, 1989

LEVINE, Andrew; SOBER, Elliot; WRIGHT, Erik O. **Marxismo e Individualismo Metodológico.** New Left Review, nº 162, 67-84, 1987

MARX, Karl; O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. Editora Boitempo, 2011

PERISSINOTO, Renato. Marxismo e Ciência Social: Um Balanço Crítico do Marxismo Analítico. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2010, 25 (73).

PERISSINOTO, Renato. **O 18 Brumário e a Análise de Classe Contemporânea.** Lua nova, São Paulo, 71; 81-121, 2007.

ROBERTS, Marcus. Analytical Marxism: A Critique. Verso Books, 1996

(...)